

VULNERABILIDADE SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE*

*Murilo Fahel***

*João Gabriel Teixeira****

*Bruno Cabral*****

Resumo: O presente artigo desenvolve uma análise do binômio vulnerabilidade social e percepção da qualidade de vida como resultado do impacto das políticas públicas na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. Para o desenvolvimento desse objetivo utiliza-se o índice de desenvolvimento humano - IDH da Fundação João Pinheiro e os dados da pesquisa BHSurvey da UFMG. Com a espacialização das disparidades sociais e econômicas identifica-se as manchas urbanas em situação de risco e prioritárias para o desenvolvimento de políticas públicas. Em termos do desenvolvimento humano observa-se uma relativa melhora ao longo dos anos analisados apontando para uma aproximação entre os indicadores da capital e os demais municípios componentes da RMBH e a partir da análise da percepção da população, por sua vez, nota-se uma importante resiliência as políticas públicas desenvolvidas até então. Assim a proposição, aqui posta, é a adoção da estratégia da inversão de prioridades das políticas públicas e seu incremento para superação das desigualdades sócio-espaciais visando a construção de uma RMBH pró-pobre.

Palavras Chaves: Vulnerabilidade Social, Qualidade de Vida, Políticas Públicas, Inversão de Prioridades, RMBH.

* Os autores agradecem aos professores Roberto Monte-Mór - CEDEPLAR/UFMG coordenador do PDDI-RMBH, Maria Inês Nahas - PUC-Minas co-coordenadora da equipe RIVS-PDDI, Neuma Aguiar da UFMG, ao bolsista FAPEMIG Matheus Bahia e a equipe da SEDRU do estado de Minas Gerais que contribuíram para a viabilização desse artigo.

** Professor e Pesquisador da Fundação João Pinheiro

*** Professor da UFMG

**** Mestrando em Administração Pública na Fundação João Pinheiro

Abstract: This article provides an analysis of the binomial social vulnerability and perception of quality of life as a result of the the impact of public policies on the metropolitan area of Belo Horizonte - RMBH. To develop this goal, the Human Development Index – HDI of João Pinheiro Foundation and the survey data BH-Survey/UFGM were used. By the spatialization of social and economic disparities , urban stains at-risk and priorities for the development of public policies were identified. In terms of human development there is a relative improvement over the years analyzed pointing to a approximation between the indicators of the Capital and other participating municipalities of RMBH. In turn, from the analysis of public perceptions there is an important resilience in the public policies developed so far. Therefore, the proposition here stated is the adoption of the strategy of priorities inversion of public policies and its increment to overcome socio-spatial inequalities for the construction of a pro-poor RMBH.

Keywords: Social Vulnerability, Quality of Life, Public Policy, Priority Inversion, RMBH.

Atualmente, ocorre uma ação coletiva com engajamento de acadêmicos, governos estadual e municipal e sociedade civil com o propósito de composição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PDDI-RMBH¹. O PDDI consiste na elaboração de estudos referenciais e de estratégias de ação para o desenvolvimento integrado da RMBH com o objetivo de promoção do planejamento sustentável. Nessa perspectiva, propõe a compatibilização do crescimento econômico, equidade social e sustentabilidade ambiental, com ênfase no re-ordenamento territorial capaz de reduzir as desigualdades sócio-espaciais e na construção de um sentido de solidariedade e de identidade metropolitana, tendo como horizonte temporal o ano de 2023.

Em sua concepção original o PDDI-RMBH, composto por 10 áreas temáticas² distribuídas pelos 03 eixos temáticos: econômico, social e ambiental, entre elas, a área de Riscos Socioambientais, Vulnerabilidades e Segurança Pública - RIVS adscrita ao eixo social, que constitui-se no nosso foco de análise.

O trabalho da área temática RIVS buscou o desenvolvimento de um diagnóstico, mensuração e análise crítica das vulnerabilidades, ou seja, dos riscos sociais e sócio-ambientais a que está submetida à população da RMBH, para embasar políticas públicas metropolitanas baseadas na lógica da inversão de prioridades. Nessa perspectiva, as multidimensionalidades sócio-ambientais serão tratadas como processos interativos das populações em suas dinâmicas territoriais, identificando as distribuições diferenciadas dos riscos e vulnerabilidades. A implantação da *política de inversão de prioridades* poderá configurar uma nova RMBH, com a produção de novas centralidades com melhor configuração dos espaços sócio-ambientais, distribuição mais equânime dos serviços públicos e da rede de proteção social para a sustentabilidade do desenvolvimento humano, social e econômico da população metropolitana, com ênfase em programas e ações pró-pobres.

¹ Para o desenvolvimento do PDDI-RMBH, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG constituiu uma equipe multidisciplinar, com especialistas de diferentes áreas, atuando de forma integrada e complementar, envolvendo outras instituições acadêmicas (PUC Minas e Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG) e consultores externos. O trabalho consiste em estudos básicos e na identificação de políticas e projetos prioritários, que orientarão os gestores das várias instâncias públicas na condução de um planejamento permanente da RMBH, contemplando a elaboração de planos específicos, políticas, programas e projetos (extraído do site www.rmbh.org em 25/07/2010)

² As áreas temáticas componentes do PDDI são: ADAMS - Aspectos demográficos e ambientais da demanda social, CAC - Complexos ambientais culturais, CEAT - Cultura, educação, segurança alimentar, trabalho e renda, CIPLAG - Capacidade institucional de planejamento e gestão, ETC - Estrutura produtiva, conhecimento, tecnologia e alternativas energéticas, HVQ - Vida Cotidiana, habitação e qualidade de vida, MCT- Mobilidade urbana, comunicações, transportes e sistema viário, RIVS - Risco socioambiental, vulnerabilidade social e segurança pública, SMARHS – Saúde, meio ambiente, recursos hídricos e saneamento, USDEC - Uso do solo, dinâmica imobiliária e escalas de centralidades metropolitanas. Cabe destacar, que atualmente houve uma fusão dessas áreas temáticas em 04 dimensões: seguridade, acessibilidade, sustentabilidade e urbanidade para evidenciar a transversalidade e integralidade dos temas abordados que, posteriormente, comporão as Políticas, Programas e Projetos para composição da agenda política, a ser implementada, a partir de 2011 na RMBH.

A RMBH e suas contradições

A cidade é uma invenção dos homens, um modo de vida que vai adquirindo regularidades históricas. Elas correspondem à complexidade relativa ao seu tamanho, a uma divisão social do trabalho crescente, ora complementar ora conflitiva, em permanente mobilidade de empreendimentos, famílias e pessoas, implicando em uma convivência forçada entre estranhos que se torna possível graças a uma civilidade, cultura e também ao controle de instituições. Esse modo de vida tem significado uma racionalização crescente para a produção de riquezas, cultura, compartilhamento de valores e desigualdades de diversas natureza e ordem, dentre as quais, a vulnerabilidade social.

A vulnerabilidade social refere-se aos riscos a que determinada população está submetida, e abrange dimensões a partir das quais é possível identificar situações de fragilidade de indivíduos, famílias ou comunidades. Tais dimensões dizem respeito a elementos ligados tanto às características próprias dos indivíduos, como seus bens e características sócio-demográficas, quanto àquelas relativas ao meio social onde eles estão inseridos. Por sua vez, o contraponto essencial à vulnerabilidade reside na capacidade de resposta diante de situações de risco ou constrangimento (SEN, 2000; BUSSO, 2002). Essa capacidade dos indivíduos ou famílias, de responder aos riscos sociais, econômicos e ambientais - denominada de resiliência - é mediada não só pela posição que ocupam na estrutura social como também por condicionantes que incluem as redes sociais em que estão inseridos e as informações de que dispõem, sobre os serviços sociais e os limites que lhe são impostos, entre os quais padrões de ocupação e uso do território metropolitano. Portanto, a localização das populações vulneráveis no mapa metropolitano, podem imputar impactos diferenciados, conseqüentemente, agravados pelo seu grau de vulnerabilidade.

Ora, a metropolização não é o mero aumento de tamanho de um centro urbano, mas um fenômeno que cria novos limites e possibilidades para o enfrentamento dos desafios cotidianos dos cidadãos. Dessa forma, diferente do conceito de pobreza, o conceito de vulnerabilidade social permite abordar a situação social considerando não apenas as necessidades da população, mas principalmente os recursos e ativos de que ela dispõe para enfrentar os riscos impostos pelas privações vivenciadas.

O rápido crescimento dos núcleos urbanos a partir da segunda metade do século XX estimulou o surgimento simultâneo de uma série de núcleos de médio e pequeno porte comandados na rede urbana por grandes aglomerações de cidades conurbadas, permitindo afirmar que, no caso brasileiro, especialmente a partir dos anos setenta, urbanização e metropolização se fazem simultaneamente. Outro

elemento típico à urbanização brasileira, especialmente em função da velocidade do processo, refere-se ao fato de que, já durante a década de 1980 percebe-se que os municípios periféricos comandam o crescimento urbano, em detrimento de taxas decrescentes de aumento populacional nos pólos regionais (BRITO, 2005; SANTOS, 1993). Assim, o processo de acelerado crescimento e periferização, comandado predominantemente pelos movimentos migratórios, gerou uma série de pressões em serviços urbanos básicos como habitação, educação, saúde e saneamento básico, difíceis de contemplar em meio ao aumento explosivo da população.

A metropolização da capital mineira, assim como várias outras grandes cidades dos países periféricos, encerra no seu processo de constituição uma série de contradições, expressas no ordenamento territorial e social, que geraram o estabelecimento das condições precárias de acesso aos serviços urbanos básicos e ao mercado de trabalho por parte significativa da população.

O padrão de expansão urbana da grande BH é marcado pela conurbação, pelo crescimento via agregação de periferias e, conseqüentemente, pelo espraiamento territorial, trazendo como consequência a perda de capacidade de polarização e organização do espaço municipal frente à nova dinâmica metropolitana (SOUZA; TEIXEIRA, 1994). A esse cenário se soma a deterioração da qualidade ambiental da vida urbana, a segregação sócio-espacial e o paradoxo de uma população menos pobre, mas mais vulnerável aos riscos sociais, econômicos e ambientais dos novos tempos (CUNHA, 2006).

A RMBH passa por transformações de fundo graças às mudanças que afetam a economia, a sociedade e o Estado. Em seus espaços estão cifrados os modos de circulação e distribuição da riqueza; as mutações do trabalho e das formas de emprego e as legiões de excluídos do mercado de trabalho; a revolução tecnológica, os serviços de ponta e as fortalezas globalizadas da cidade; os grandes equipamentos de consumo, os circuitos ampliados do mercado e a privação de espaços e serviços urbanos. Nesse contexto crescem a pobreza, o desemprego e a precariedade urbana com velhas e novas concentrações. A periferia não tem a desolação de trinta anos atrás, mas é cheia de ambivalências: trabalho precário, crescente integração no consumo de bens culturais e simbólicos, pobreza desvalida, sociedade de consumo, velhas e novas formas de clientelismos, práticas solidárias e negociação com máfias locais.

As múltiplas dimensões de tais riscos se expressam nas condições de vida da população com importantes efeitos na inserção produtiva, renda e trabalho, saúde coletiva, segurança pública, transporte de massas e outros que impactam, sobremaneira, a qualidade de vida na metrópole. Diante desses desafios se antepõe a urgência de implementação de políticas de Estado com objetivo de planejar e gerir

a Metrópole, com eficácia e eficiência, contribuindo para o desenvolvimento econômico, da justiça social e da qualidade sócio-ambiental. Nesse sentido a concertação de políticas públicas entre as três esferas de governo respaldadas por uma pactuação cooperativa e democrática deve contemplar as múltiplas dimensões territoriais, do global ao local e do metropolitano ao intraurbano.

Assim, a questão que se coloca aqui é a análise das crescentes fragmentações e estratificações expressas na distribuição desigual dos serviços e infra-estrutura urbana com comprometimento estrutural da qualidade de vida do cidadão metropolitano.

Índice de Desenvolvimento Humano Intrametropolitano

A análise das carências e progressos nas condições de vida das populações tem sido analisada pela aplicação do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH³ consolidado e desagregado nos seus três componentes, quais sejam: longevidade, educação e renda.

O Índice de Desenvolvimento Humano verificado na RMBH revela um resultado global satisfatório, ligeiramente superior ao preconizado pelas Nações Unidas, pois na escala de 0 a 1,0 a RMBH atinge um patamar 0, 813 no IDH.

Para uma averiguação microlocal do grau de Desenvolvimento Humano adota-se as análises por UDH's⁴ que agrega setores censitários homogêneos. O cálculo do índice intrametropolitano por UDH's obedeceu a rígidas preocupações metodológicas relativas à expansão da amostra do Censo Demográfico, a partir da agregação de setores censitários: são 287 unidades nos 34 municípios. A maioria dos municípios, 21, é constituída de uma única unidade, dado o pequeno tamanho da população residente. Nos demais, quanto maior a população, mais densa a ocupação do território e mais complexa do ponto de vista sócio-econômico, maior o número de unidades espaciais. Em alguns, houve a criação de UDH para identificar o Centro da cidade; em outros, para distinguir entre o núcleo urbano tradicional e as demais áreas. Houve, ainda, a situação contrária: municípios em que a

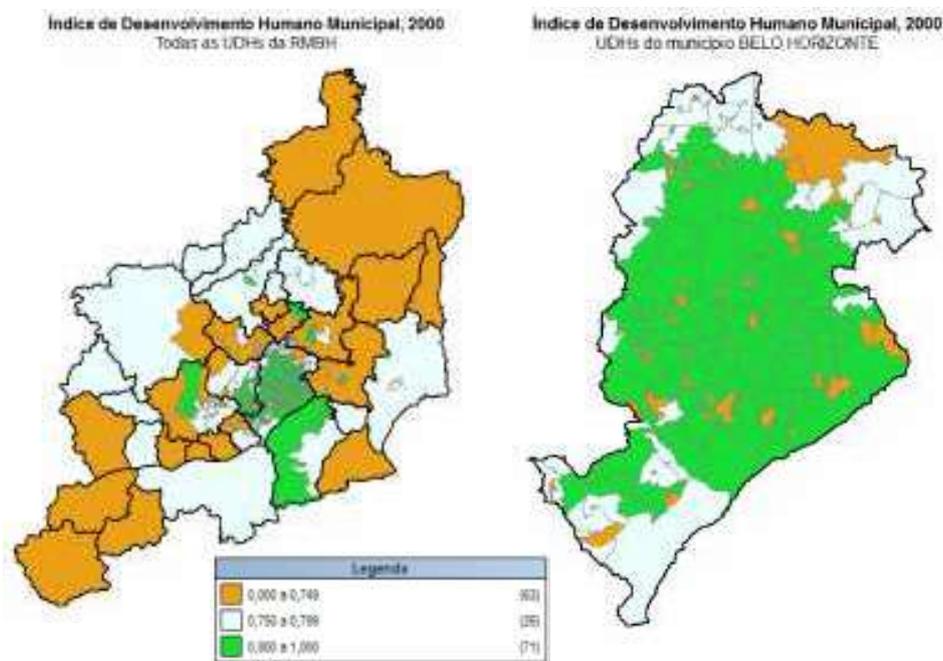
³ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa que engloba três dimensões: renda, educação e expectativa de vida ao nascer. Trata-se de uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população. O índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq e vem sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Adaptado pela Fundação João Pinheiro - FJP e Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada - IPEA para os municípios e Unidades de Desenvolvimento Urbano - UDH's da RMBH.

⁴ Uma UDH é a junção de algumas unidades censitárias que são semelhantes em níveis de renda per capita, diferindo do conceito de bairro ou distritos que podem conter unidades censitárias extremamente heterogêneas.

maior parcela é a territorialmente ligada ao núcleo metropolitano, restando apenas alguns espaços locais.

Na escala metropolitana, a região mais comprometida com os processos de metropolização, na produção industrial e nos serviços, no espaço de moradia de estratos e frações de classes que marcam diferentemente o seu território, é o Centro de Belo Horizonte, por sua força simbólica e concentração dos benefícios e equipamentos, e seu complemento, a Zona Sul, espaço residencial das classes sociais mais abastadas. O Pericentro, corredor de passagem para as periferias, moradia de setores médios, espaço de conflito na ocupação do solo e de substituição de uso, vale dizer, o centro e sua expansão, configuram alta complexidade, predomínio de setores médios e espaços segregados e vulneráveis. A Pampulha é uma mescla de Zona Sul e Periferia e em acentuado processo de elitização, como espaço de atividades “nobres”. O chamado Eixo Industrial metropolitano, organizado a partir do Barreiro, Contagem e Betim, é historicamente espaço da produção e moradia de trabalhadores, em constante mudança e diversificação e também grande vulnerabilidade. As Periferias, apesar das grandes alterações do processo mais recente de urbanização, das melhorias na acessibilidade ao centro, experimentam uma diversificação dos moradores, embora persistam as marcas da privação.

Como referência do todo, bairros do Centro de Betim e da região da Ressaca, em Contagem, são as unidades espaciais que tiveram o mesmo resultado da média metropolitana (MAPAS 2 e 3). Tendo como parâmetro esta média constatada empiricamente e o índice preconizado como bom, igual ou superior a 0.8, estabeleceu-se uma escala, que mostra as desigualdades sociais marcando o território metropolitano, com uma intensa variação. Apenas um terço das unidades apresenta um desenvolvimento humano com índice superior ao *bom*, localizadas, sobretudo, em seis das nove administrações regionais da Capital. Além destas, também em porções bastante expressivas na região do Eldorado, Amazonas/Inconfidentes e Riacho em Contagem; na região dos condomínios, Jardim Canadá e o núcleo da sede em Nova Lima; na mancha urbana mais central de Betim, a exemplo de Filadélfia/Brasiléia e Salomé/Angola; e em ilhas nos centros de Vespasiano, de Pedro Leopoldo, Santa Luzia e Sabará.



Mapa 2

Mapa 3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, FJP/PNUD

Foram verificados resultados que, embora sejam classificados empiricamente como regulares, são inferiores ao valor preconizado pelas Nações Unidas, a saber; Brumadinho, Igarapé, Juatuba, Florestal, Capim Branco, Matozinhos, Confins, Lagoa Santa, Caeté e Raposos. Pedro Leopoldo apresentou melhor perfil, pois conta também com uma área de bom desempenho, ao contrário de Esmeraldas e Ibirité, que mesclam resultado considerado médio e baixo.

As unidades com resultados considerados insatisfatórios, baixos e inferiores ao índice de valor 0,75, são:

- os municípios de Itaguara, Rio Manso, Itatiaiuçu, Mateus Leme, São Joaquim de Bicas, Mário Campos, Sarzedo, Rio Acima, São José da Lapa, Baldim, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas e Nova União;
- a maior porção de Ribeirão das Neves, pois a única unidade com resultado ao redor da média é aquela composta pelos bairros Hortinha, Santinho, Sevilha, Santa Marta e Roseana;
- extensas e significativas áreas fora do núcleo da sede de Sabará e da região do Ana Lucia, a saber: Caivera, Borges, Mestre Caetano, Carvalho de Brito e Nações Unidas;
- diversas unidades em Belo Horizonte, com mais significado em extensas áreas de Venda Nova, nos limites com Justinópolis, Ribeirão das Neves; na

regional Norte, em ocupação da área do Izidoro e nas porções extremas do Barreiro;

e. unidades de Contagem situadas em Nova Contagem; Retiro e Icaivera; Petrolândia e São Caetano; Pedra Azul e Nacional;

f. unidades situadas em Betim, destacando-se Terezópolis, Alvorada, Imbiruçu e Alterosas, em Vianópolis e Citrolândia, no São Salvador, e Jardim Paulista.

O resultado médio mais baixo, 0.685, foi verificado em favelas relativamente centrais da Capital, entre Santa Efigênia, Pompéia e Taquaril, e em favelas periféricas na região do São Gabriel, Paulo VI e Gorduras. O índice mais alto foi constatado no Carmo-Sion e vizinhanças: 0.973. Betim e Contagem se apresentam como os municípios mais complexos, tamanha a heterogeneidade interna de unidades com bom, razoável e precário IDH.

Os indicadores quantitativos (Objetivos) do IDH apontam as heterogeneidades e desigualdades sócio-espaciais da RMBH por um lado; e por outro lado os indicadores qualitativos (subjetivos) relativos à percepção por parte da população mostram a leitura dos cidadãos metropolitano da sua qualidade de vida e do desempenho das políticas públicas desenvolvidas na RMBH, que passamos a apresentar na sequência.

Percepção da Qualidade de Vida na RMBH

A análise da Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PRMBH⁵ contribui para a compreensão das desigualdades sociais no desenvolvimento contemporâneo das cidades componentes da RMBH. Os processos de estratificação e mobilidade social na RMBH apontam as controvérsias do processo de desenvolvimento capitalista que acentua as desigualdades sociais por um lado e, por outro proporciona novas oportunidades, democratizando o acesso a posições sociais (Erikson & Goldthorp, 1993).

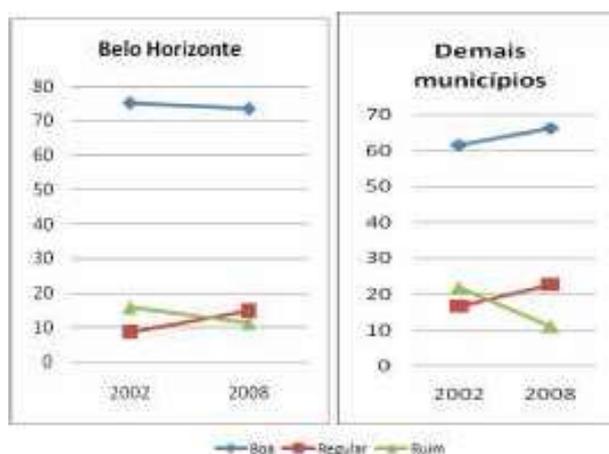
A percepção constitui-se em componente estratégico para mensuração da Qualidade de Vida - QV de uma população, principalmente em ambientes urbanos. O pressuposto é que a vida dos indivíduos em uma cidade está continuamente exposta a uma série de características ambientais, sociais, econômicas, políticas e outras que podem produzir percepções de satisfação, aversão ou indiferença (KEINERT, VIITE, JANUZZI & KEINERT, 2002). Nessa perspectiva, o con-

⁵ Pesquisa desenvolvida pela FAFICH/ UFMG alocada nos Departamentos de Sociologia e Ciência política e coordenada pela Profa. Neuma Aguiar. A PRMBH ocorreu por meio da aplicação de um *survey* em série histórica relativa aos anos de 2002, 2005 e 2008 e analisa aspectos das desigualdades sociais, as redes de sociabilidade e participação política relativos à população da RMBH. Contribuiu para o levantamento de informações relativas à percepção da *qualidade de vida* na cidade e no bairro onde mora; bem como sobre aspectos das *políticas públicas* de saúde, educação, segurança pública, saneamento, dentre outras.

ceito de Qualidade de Vida - QV, segundo Silva, (1996), introduz uma valorização de horizontes desejáveis para os grupos sociais, apesar das diferenciações nos níveis de exigência e de aspirações dos mesmos. Assim, é um conceito que lida com interpretações subjetivas, devendo-se considerar as percepções individuais e coletivas e a incorporação da percepção da população como uma variável política estratégica que pode vir a contribuir tanto na concepção, quanto no desenvolvimento de políticas públicas assertivas.

A premissa da percepção da população sobre QV na RMBH pode vir a ser um bom indicador qualitativo para monitoramento e avaliação das políticas públicas, contribuindo para uma re-orientação das ações governamentais voltadas para o bem-estar dos cidadãos metropolitanos. Na medida em que o PDDI-RMBH propõe uma estratégia de implantação de políticas de inversão de prioridades com o objetivo de construção de uma região metropolitana com uma perspectiva desenvolvimentista pró-pobre, produzindo um ciclo virtuoso no campo das políticas públicas.

Os resultados encontrados pela PRMBH, evidenciam que a percepção da população residente na RMBH vem experimentando um incremento favorável, expressas pelos altos valores atribuídos a QV nos bairros (GRÁFICOS 1 E 2). No entanto, a intensificação de políticas públicas são fundamentais para uma maior homogeneização das condições sócio-econômicas dos cidadãos da RMBH e produção de uma ambiência cosmopolita com maior justiça social e elevado comportamento cívico.



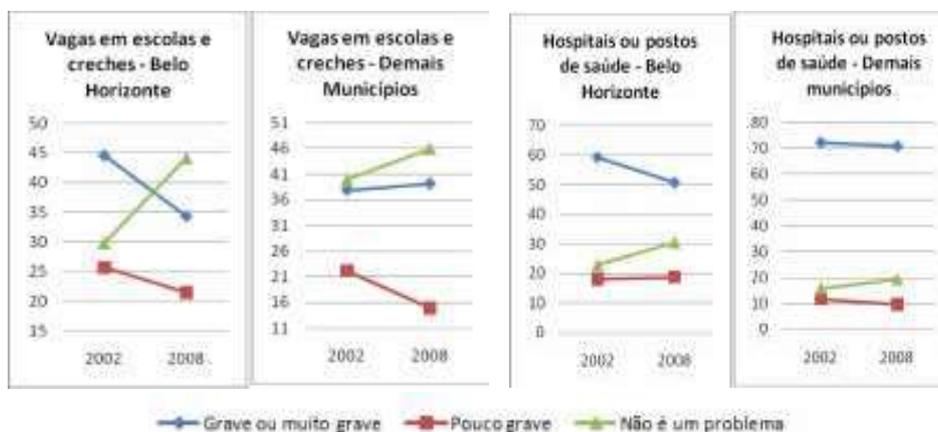
Gráficos 1 e 2: Qualidade de Vida nos bairros de Belo Horizonte e demais municípios da RMBH - RMBH, 2002 -2008

Fonte: PRMBH, UFMG

Entre 2002 e 2008 aqueles que avaliam a QV *como boa e regular*, entre a população residente nos demais municípios, apresentam uma tendência de melhora qualitativa da avaliação, corroborada pela redução da avaliação feita por aqueles que consideram a QV ruim (GRÁFICO 2). Em relação a QV na capital (GRÁFICO 1), nota-se uma tendência de relativo decréscimo da avaliação de 2002 para 2008 no tocante a avaliação da QV na cidade de Belo Horizonte como *boa* e também como *ruim* e apenas no patamar *regular* nota-se uma tendência de melhora. Isso pode expressar uma percepção dos residentes de uma relativa piora da QV nos bairros talvez devido a saturações dos espaços urbanos e à baixa eficácia das políticas públicas nas áreas periféricas e vulnerabilizadas da cidade, dentre outras questões.

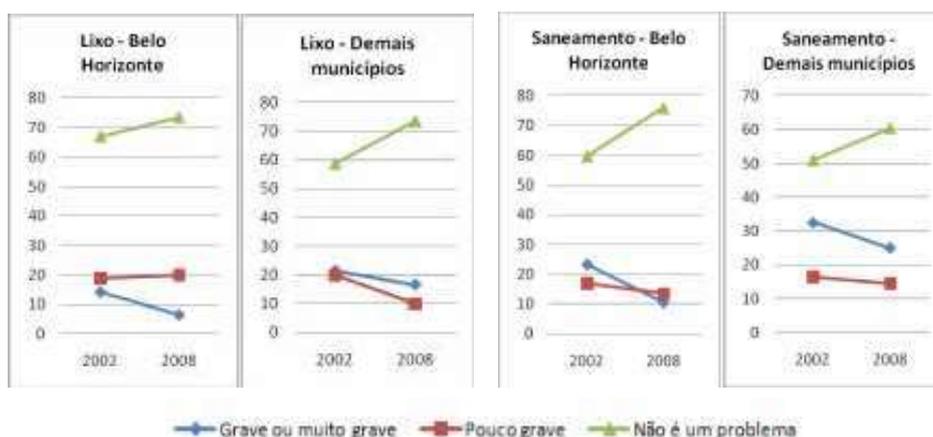
A percepção da população, em termos das políticas públicas desenvolvidas na capital e demais cidades da RMBH é cada vez mais estratégica para a avaliação do impacto das ações governamentais. Estratégica, na medida é que se caracteriza como um indicador sensível e longitudinal sobre a opinião sobre o acesso e qualidade desses serviços e bens disponibilizados aos cidadãos metropolitanos. Nesse sentido, as análises desenvolvidas na sequência indicam o grau de satisfação dos metropolitanos com os serviços públicos básicos e sua percepção tanto em termos de qualidade, quanto de quantidade da oferta dos bens e serviços públicos na área de infra-estrutura e de serviços sociais.

Em relação às vagas nas escolas e creches, a população declara uma redução da intensidade do problema (menos e pouco grave) indicando tanto para a Capital, quanto para as demais cidades uma sinalização de uma percepção de melhora da oferta de serviços. No entanto, mantém a percepção como um problema grave ou muito grave em um patamar expressivamente alto (em torno de 40%), com uma percepção mais acentuada de melhora para a Capital e de relativa estabilidade para as demais cidades (GRÁFICOS 3 e 4). Em termos do Sistema Hospitalar e Postos de Saúde no Bairro há uma percepção de relativa piora desses serviços na Capital e de estabilidade nos demais municípios da RMBH (GRÁFICOS 5 e 6).



Gráficos 3, 4, 5, 6: Vagas em escolas ou creches e nos bairros e disponibilidade dos serviços hospitalares e de postos de saúde nos bairros. RMBH, 2002 -2008
 Fonte: PRMBH, UFMG

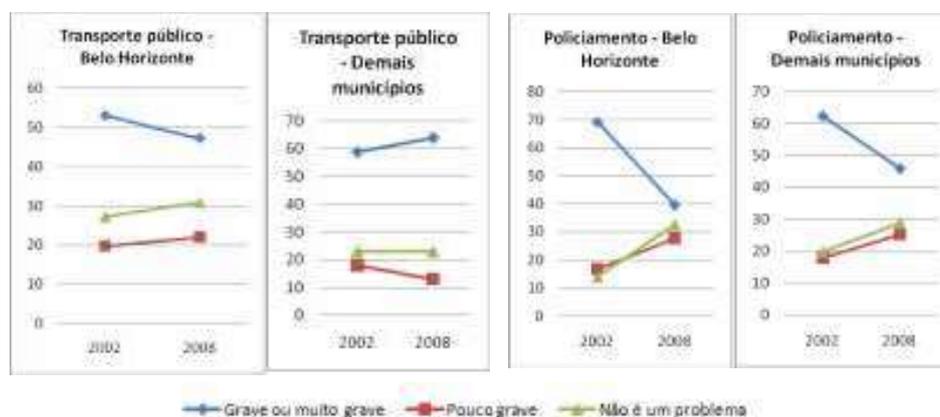
Os residentes na RMBH tem uma avaliação altamente positiva no quesito recolhimento do lixo apenas uma minoria (10%) considera esse problema como algo grave (GRÁFICOS 7 E 8). Há por parte da população da RMBH um reconhecimento de que o serviço de saneamento básico não é um problema grave atingindo patamares superiores a 60% em Belo Horizonte e demais municípios, com um tendência crescente positiva entre o período de 2002 e 2008 (GRÁFICOS 9 e 10)



Gráficos 7, 8, 9, 10: Coleta de Lixo e saneamento básico nos bairros das cidades. RMBH, 2002-2008
 Fonte: PRMBH, UFMG

Em termos de Transporte Coletivo, observa-se que na cidade de Belo Horizonte há uma relativa piora da avaliação entre o período de 2002 e 2008 e ocorrendo a

indicação de melhora nos demais municípios da RMBH (GRÁFICOS 11 E 12) . Já, o Policiamento no Bairro apresenta tendências semelhantes em Belo Horizonte e demais municípios da RMBH, no tocante a presença de policiamento entre o período de 2002 a 2008, reduzindo a percepção de que esse serviço social é algo grave nos bairros (GRÁFICOS 13 E 14)



Gráficos 11, 12, 13, 14: Transporte Coletivo e policiamento nos bairros das cidades. RMBH, 2002-2008

Fonte: PRMBH, UFMG

Considerações Finais

Em termos do desenvolvimento humano observa-se uma relativa melhora ao longo dos anos analisados com intensificação nos anos recentes, apontando para uma aproximação entre os indicadores da capital e os demais municípios componentes da RMBH. A evolução do IDHM, conforme dados mais recentes⁶ indicam uma sensível melhora da situação da RMBH na última década partindo de um patamar de 0,802 em 2001 e atingindo 0,850 em 2008, enquanto no estado de Minas Gerais a transição é da ordem de 0,781 para 0,824. No entanto, essa diferença de nível entre a RMBH e Estado deve-se estritamente ao maior nível do índice da Capital que atingiu em 2008 o patamar de 0,880, indicando que os demais municípios da RMBH estão em um nível próximo à média estadual (PRATES et al, 2010).

Em relação à renda *per capita* nota-se um ritmo de crescimento na última década com maior intensidade para as franjas mais pobres com significativa redução da

⁶ Os dados do IDHM e do IDH_UDH da RMBH foram atualizados por pesquisadores da Fundação João Pinheiro, com uso dos dados da PNAD de 2008, em estudo publicado pelo BDMG.

pobreza, mas, ainda, com manutenção de um alto patamar de desigualdade de renda. Apesar do crescimento da renda, permanece um hiato na dimensão educação entre pobres e ricos com uma acentuada disparidade, principalmente, entre os níveis educacionais médio e superior. A permanência dessas condições induzem os jovens mais pobres a uma inserção mais precarizada no mercado de trabalho determinada, em parte, pelas disparidades de acesso aos serviços educacionais e matização da desigualdade estrutural de renda. No aspecto longevidade, as condições sociais e econômicas precarizadas dos estratos sociais mais pobres roubam em torno de 03 anos a menos em sua expectativa de vida ao nascer.

As disparidades sociais e econômicas aqui analisadas expressam-se em territórios compostos de múltiplas vulnerabilidades possibilitando a identificação de manchas urbanas possibilitando um mapeamento preciso e territorializado para o desenvolvimento de políticas públicas com embasamento nas políticas de inversão de prioridades.

Em outra perspectiva, a percepção da população residente na RMBH vem experimentando um incremento favorável em quase todas as áreas de atuação das políticas governamentais indicando um *feedback* em termos da *resiliência ou não* às políticas desenvolvidas até então desenvolvidas. A superação das desigualdades sócio-espaciais, por meio do incremento das políticas públicas e adoção da estratégia da inversão de prioridades para a construção de um RMBH pró-pobre, podem produzir uma ambiência cosmopolita com maior justiça social e elevado comportamento cívico.

Referências

BRITO, Fausto e SOUZA, Joseane de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. São Paulo em Perspectiva. [online]. Vol.19, n.4, 2005, p. 48-63.

BUSSO, Gustavo. *Vulnerabilidad sociodemográfica en Nicaragua*. Un desafío para el crecimiento económico y la reducción de la pobreza. Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE). División de Población. Santiago de Chile, agosto de 2002.

CUNHA, J.M.P. (ed.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Unicamp, 2006.

SANTOS, M. Aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo, In: *O Novo Mapa do Mundo Fim de Século e Globalização*, M. Santos et al (org.), Editora Hucitec, São Paulo, 1993, p. 15-22.

REVISTA CAMINHOS DA HISTÓRIA
v. 15, n. 2/2010

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, J. M. e TEIXEIRA, J. G. *Gestão do espaço: metrópole e ordem local* – a experiência de Betim. XVIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1994.